



RELATÓRIO DE DESEMPENHO Nº 02

**Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental
de Terras Indígenas na Amazônia**

**Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy
do Brasil - TNC Brasil**

Período de Acompanhamento: 01/08/2015 a 31/07/2016

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um roteiro para elaboração de um Relatório de Desempenho. O objetivo deste relatório é fornecer ao BNDES informações sobre a situação da operação contratada no âmbito do Fundo Amazônia, como a evolução física e financeira do projeto, as ocorrências relevantes referentes ao beneficiário, o atendimento às obrigações contratuais e o monitoramento dos indicadores do quadro lógico, entre outros. O Relatório de Desempenho deve ser preenchido, assinado e enviado ao BNDES pelo beneficiário da colaboração financeira não reembolsável do Fundo Amazônia, em versão impressa e por e-mail.

Nas seções “A”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “L” deste modelo de relatório, o beneficiário deve preencher as planilhas eletrônicas que compõem este documento como “objetos incorporados”, os quais permitem o acesso às planilhas eletrônicas a partir do próprio documento de texto. Para o preenchimento, o beneficiário deve clicar duas vezes no ícone do objeto e preencher as tabelas conforme as orientações constantes nas planilhas. Estas planilhas devem ser enviadas impressas ao BNDES em anexo à versão impressa do Relatório de Desempenho e enviadas por e-mail, salvas na versão eletrônica do próprio Relatório de Desempenho.

A apresentação do Relatório de Desempenho pelo beneficiário é parte integrante das obrigações contratuais assumidas pelo beneficiário perante o BNDES, conforme previsto nas “Normas e Instruções de Acompanhamento”, da Diretoria do BNDES.

Além das informações mencionadas no modelo de Relatório de Desempenho, o beneficiário deve enviar, quando solicitado, os documentos pertinentes sobre o cumprimento das condições constantes no contrato.

As orientações para preenchimento do Relatório de Desempenho estão no corpo do presente documento e a equipe responsável pelo acompanhamento do projeto pode ser contatada para quaisquer esclarecimentos.

O Relatório de Desempenho deverá ser encaminhado, aos cuidados do gerente responsável pela operação, para o seguinte endereço:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Área de Meio Ambiente - AMA

Departamento de Gestão do Fundo Amazônia - DEFAM

Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo

Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-917

A/C de (preencher com o nome do gerente responsável)

ÍNDICE

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO..... | 6 |
| COMPONENTE 1: ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E DE PLANOS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA AS SEIS TERRAS INDÍGENAS (TIS) DO PROJETO | |
| 1.1 Elaboração de PGTAs | 6 |
| 1.2 – Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs | 7 |
| COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAs, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO | |
| 2.1 Vigilância Territorial | 7 |
| 2.2 Acordos de Vizinhaça | 8 |
| 2.3 Monitoramento Ambiental | 9 |
| 2.4 Projetos Prioritários | 10 |
| 2.5 Arranjos Interinstitucionais de Implementação dos PGTAs | 11 |
| COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS | |
| 3.1 Formação de Agentes Governamentais | 14 |
| 3.2 Fortalecimento dos Conselhos de Chefes | 14 |
| 3.3 Formação de Agentes Ambientais Indígenas | 16 |
| 3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas | 17 |
| COMPONENTE 4: COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAs | |
| 4.1 Apoio a viagens de intercâmbio de representantes Indígenas envolvidos no Projeto | 18 |
| B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO | |
| C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA | 22 |
| D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO | 23 |
| E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS..... | 26 |
| F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS | 26 |
| G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA | 26 |
| H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO..... | 26 |
| I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET..... | 26 |
| J) FOTOS DO PROJETO..... | 27 |

| | |
|---------------------------------------------|-----------|
| K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO | 30 |
| L) ASPECTOS AMBIENTAIS | 30 |

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

Informar aqui as principais atividades realizadas no período no âmbito do projeto, os eventuais problemas enfrentados e as medidas adotadas para solucioná-los. Mencionar a execução, no período, das metas estabelecidas no Plano de Monitoramento do Quadro Lógico. O “Grau Percentual de Execução Física” deve ser preenchido na planilha “Grau Percentual de Execução Física”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo. O grau percentual de execução física deverá ser estimado pelo beneficiário utilizando critérios e metodologia de cálculo adequados ao projeto.

COMPONENTE 1: ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E DE PLANOS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA AS SEIS TERRAS INDÍGENAS (TIS) DO PROJETO

1.1 Elaboração de PGTA

- 1.1.1 PGTA Xikrin:

A terceira etapa da construção do PGTA da TI Trancheira Bacajá foi concluída no final de 2105, em Assembléia do povo Xikrin. O consultor contratado fez três viagens a campo para facilitar oficinas em todas as 9 aldeias da Terra Indígena. A metodologia aplicada no processo de consultas e discussões contou, num primeiro momento, com conversas em separado com homens e mulheres de cada aldeia, contando sempre com o apoio de um tradutor. Posteriormente, juntava o grupo e com auxílio da ilustração de uma árvore, a consultora lançava perguntas sobre quais ações os Xikrin julgavam ser relevantes para que fosse garantido o futuro que eles desejam para seu povo e território; os participantes debatiam então as propostas de consenso que iam sendo incluídas no ramo específico da árvore – proteção, produção & manejo, organização e outros. Os Xikrin também chegaram à conclusão de que a defesa do território e conservação das suas riquezas e da cultura não será feita se cada Aldeia ficar pensando do seu jeito, sem conversa entre lideranças e parentes. E para isso eles têm de se unir e se organizar para ter um entendimento, uma mesma palavra, o que na língua deles foi denominado de “*Aben Kabem Mariméi*”, o que poderia ser traduzido como um acordo. O PGTA foi construído para ajudar na construção deste grande acordo entre todas as aldeias Xikrin, para que juntos protejam seu território.

Os relatórios das oficinas e da Assembleia de validação encontram-se nos Anexos deste relatório .

- 1.1.2 PGTA Parakanã:

O processo de construção do PGTA da TI Apyterewa foi concluído em fevereiro de 2016, após quatro etapas do trabalho de campo dos consultores contratados para facilitarem o processo junto aos Parakanã. A metodologia utilizada contou com oficinas em todas as aldeias da Terra Indígena, sempre com a participação de tradutores Parakanã, reuniões com grupos focais – homens jovens, homens mais velhos, mulheres jovens e mulheres mais velhas – construção de uma linha de tempo resgatando todo o processo de ocupação da Terra Indígena pelos Parakanã e elaboração da árvores de objetivos de cada eixo temático do PGTA. O processo de construção do PGTA foi validado em três Assembleias Gerais do povo Parakanã, uma no início, uma no meio e outra no final, quando o processo foi validado pelas lideranças. Observou-se que o eixo proteção e vigilância é o tema com maior poder de mobilização entre os demais, visto que o Plano foi construído justamente no momento em que Polícia Federal e Funai estavam trabalhando na retirada dos últimos posseiros que ainda ocupavam parte da TI Apyterewa.

Os relatórios das oficinas realizadas nas aldeias encontram-se em anexo.

1.2 – Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs

- **1.2.1 Elaboração dos Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs:**

Em maio 2016 foi elaborado e divulgado o Termo de Referência para a contratação de Consultor para desenvolver o Plano de Sustentabilidade Financeira dos quatro PGTAs apoiados pelo IGATI (<http://www.tnc.org.br/quem-e-a-tnc/trabalhe-com-a-tnc/tdr-sustentabilidade-financeira-pgtas.pdf>). O propósito desta consultoria é desenvolver quatro Planos de Sustentabilidade Financeira para os quatro PGTAs apoiados pelo IGATI, partindo de: i) fazer um levantamento dos custos mínimos das atividades necessárias para implementar o PGTA; ii) fazer um levantamento das fontes de financiamento – públicas e privadas – disponíveis e dos modelos e mecanismos de financiamento adaptados a Povos Indígenas.

As propostas recebidas encontram-se na fase final de seleção. Estamos estimando que os quatro Planos de Sustentabilidade Financeira estejam desenvolvidos até meados de 2017.

COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO

2.1 Vigilância Territorial

- **2.1.1 Expedições de Vigilância Xikrin/Set15: reavivitação dos limites da TITB/região 1ª (aldeias Pykayako e Kamoktiko):**

Em Assembleia Geral realizada em Junho de 2015, os Xikrin identificaram e definiram as áreas mais vulneráveis a invasões da TI Trinchira Bacajá. Foram então planejadas as três frentes de vigilância para fiscalizarem nos limites da TI e que aldeias ficariam, responsáveis por cada uma destas frentes. Partindo deste planejamento, foram então realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2015 duas expedições de vigilância (a terceira frente previstas acabou sendo postergada para o próximo ano por decisão dos Xikrin) que fizeram a re-avivitação dos limites demarcatórios da Terra Indígena, como estratégia de reconhecimento, vigilância e defesa do território. Cerca de 40 Xikrin participaram destas duas frentes. O relato das expedições encontra-se em anexo.

- **2.1.4 Expedição de Vigilância na região do Mukuru (TI Wajãpi)**

Realizada na região do Mukuru, sul da TI Wajãpi entre 15 de setembro e 6 de outubro de 2015; participaram da expedição cerca de 140 homens adultos Wajãpi (sendo que muitos deles levaram esposas e filhos durante parte do período o que se estima que mais de 400 Wajãpi participaram do evento), além de servidores da FUNAI e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A expedição serviu para os Wajãpi fazerem a re-avivitação dos limites da TI nesta região, ao sul da TI Wajãpi e localizar e promover a limpeza dos marcos demarcatórios, além de fazerem expedição de reconhecimento de uma parte da TI pouco habitada e visitada pelos Wajãpi. O relatório da expedição encontra-se em anexo.

- **2.1.5 Expedições de Vigilância nos limites das Tis do Oiapoque**

Entre os meses de agosto e novembro foram realizadas 7 expedições de vigilância, que contaram com a participação de aproximadamente 600 indígenas, homens, de todas as quatro etnias, pelos limites das Terras Indígenas do Oiapoque. A responsabilidade de coordenação e acompanhamento dessas atividades ficou sob responsabilidade dos Caciques Indígenas das Aldeias e da Coordenação Técnica Local de Monitoramento Territorial da FUNAI (CTLO – I) em Oiapoque. Um dos destaques do processo foi a realização de reuniões para alertar as comunidades sobre as situações de vulnerabilidade a invasões, com regiões que sofrem constantemente com invasão de pescadores e mesmo de “piratas” (assaltantes que entram de barco nas Terra Indígenas para realizar roubos e assaltos). Estes relatos foram também repassados aos órgãos responsáveis para que fosse melhorada a fiscalização nestes pontos. O relatório das Expedições encontra-se em anexo.

2.2 Acordos de Vizinhança

- **2.2.1 Oficina com agricultores familiares e órgãos do Município de São Felix sobre cacau e Florestas Sustentáveis.**

Em 9 de maio foi realizada no município de São Felix do Xingu (SFX), na região da Taboca (limítrofe da TI Apyterewa), a Oficina Cacau e Florestas Sustentáveis. Os objetivos principais desta oficina foram: (1) sensibilizar os agricultores familiares, prefeitura (em especial as Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura) e outras entidades civis de SFX para a importância das Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) na gestão territorial e ambiental sustentável em SFX; (2) identificar subsídios sobre áreas e temas de interesse comum entre agricultores familiares e povos indígenas, para a elaboração de acordos de vizinhança. Foram convidados para a oficina Agricultores Familiares de SFX localizados na região do entorno da TI Apyterewa e TI Trinchira Bacajá; e gestores municipais de meio ambiente e agricultura de São Felix do Xingu; instituições da sociedade civil de SFX; CEPLAC, SEBRAE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esta oficina foi elaborada como um desmembramento do “Diagnóstico das propriedades rurais e plano de trabalho para o fortalecimento da gestão ambiental e territorial no entorno das terras indígenas na região de São Félix do Xingu, Pará”, realizado pela TNC em 2012. Como o processo de desintração dos fazendeiros que se instalaram nesta região da TI Apyterewa está em fase de conclusão por parte da Funai e Polícia Federal, este é o momento de se iniciar um diálogo com os agricultores para em primeiro lugar destacar a importância e as vantagens das Terras Indígenas e Unidades de Conservação e propor uma agenda de trabalho que seja construtiva para todos. O relatório desta oficina encontra-se em anexo.

- **2.2.2 Consultoria para Qualificar Diálogo sobre Acordo de Pesca no Rio Xingu entre os Parakanã e seus vizinhos**

Em maio foi lançado Termo de Referência (TdR) para Contratação de Consultoria para assessorar indígenas Parakanã da Terra Indígena Apyterewa e ribeirinhos moradores do Parque Nacional Serra do Pardo e da Reserva Extrativista Rio Xingu, no diálogo sobre a pesca no Rio Xingu e a gestão integrada dos recursos pesqueiros. Elaborado conjuntamente com Funai e ICMBIO, o TdR visa a contratação de consultoria para realizar diagnóstico participativo sobre a pesca e suas relações em oito localidades nas duas margens do Rio Xingu (seis aldeias indígenas da TI Apyterewa e três localidades no Parque Serra do Pardo e RESEX Rio Xingu), identificando os locais de pesca; as espécies pescadas e suas destinações; equipamentos usados; mercado da pesca, estimativa de produção e outros. Este diagnóstico será posteriormente validado pelos indígenas e pelos ribeirinhos, estabelecendo os acordos internos. Em junho foi concluído o processo de Seleção e a consultora escolhida, Roselis Mazurek,

começará o trabalho no segundo semestre de 2016. Tanto o TDR como o processo de Seleção encontram-se em anexo.

- **2.2.3 Reunião de representantes Wajãpi com moradores do assentamento da Perimetral Norte**

A reunião entre os Wajãpi e os moradores do assentamento da Perimetral Norte foi realizada entre os dias 07 e 08 de dezembro de 2015, no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi. Participaram 51 pessoas. A reunião tinha dois principais objetivos: o primeiro deles era de apresentar uma breve prestação do que foi realizado no Projeto Carteira Indígena, do Ministério do meio Ambiente (MMA), e que tinha uma proposta de adensamento florestal na área de pressão da TI Wajãpi, que faz limite com Assentamento Perimetral Norte, a partir de práticas e conhecimentos tradicionais dos Wajãpi. Esse projeto, já finalizado, consistia em atividades conjuntas com os alunos da Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (EFAPEN) para troca de conhecimento entre vizinhos e Wajãpi, para a produção de 4.000 mudas e reflorestamento da faixa de entorno entre TIW e o Assentamento. Sua construção com os vizinhos exerceu um diálogo, que se estendeu a denominação da área de amortecimento, como uma “faixa da amizade”, em que é possível estabelecer acordos entre os Wajãpi e os moradores do entorno, para a promoção da proteção florestal e sustentável de suas áreas. Ao final do encontro foi gerada uma Carta de Intenções com os principais encaminhamentos discutidos ao longo do Projeto. O relatório e a Lista de Presença desta reunião encontram-se em anexo.

2.3 Monitoramento Ambiental

- **2.3.1 Consultoria para Elaborar o Plano de Monitoramento Ambiental do Projeto IGATI**

Em maio foi divulgado e publicado no site da TNC (<http://www.tnc.org.br/quem-e-a-tnc/trabalhe-com-a-tnc/tdr-sistema-monitoramento-ti-final.pdf>) o Termo de Referência para a contratação do Consultor para elaborar o Plano de Monitoramento Ambiental do Projeto IGATI. O objetivo principal da consultoria é: adaptar o software I- Tracker , ferramenta desenvolvida com apoio da a TNC para monitoramento ambiental por parte de indígenas na Austrália e CanadáPara as Terras Indígenas apoiadas pelo IGATI. A ferramenta será usada para o monitoramento da biodiversidade e de ameaças das Terras Indígenas do Projeto IGATI. A consultoria também vai : facilitar, junto a técnicos e lideranças de cada povo indígena, a construção de protocolos internos de acesso, de proteção e de compartilhamento das informações coletadas pelo aplicativo; e construir um plano pedagógico de capacitação dos gestores ambientais indígenas sobre como operar o aplicativo.

O Consultor foi escolhido através de processo de seleção (cujos critérios encontram-se em anexo) . Foi selecionado o consultor Antonio Oviedo, o que tem domínio da ferramenta Cyber Tracker, experiência anteriores de trabalho com povos indígenas e também conhecimento da região de Altamira e Amapá.

- **2.3.2 Reunião de Alinhamento da Consultoria do Plano de Monitoramento Ambiental com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) da Funai em Brasília**

No dia 6 de julho de 2016 foi realizada na Sede da Funai em Brasília reunião de alinhamento do Plano de Monitoramento do Projeto IGATI com a CGMT. Participaram da reunião, além da coordenação da CGMT, a equipe da TNC e o consultor Antonio Oviedo. O objetivo principal da reunião foi o de apresentar o Plano de Trabalho da Consultoria e ver como esta pode se alinhar com a plataforma de Monitoramento Territorial de Terras Indígenas que a Funai está desenvolvendo, sendo que o Centro Piloto desta plataforma está justamente sendo montado na cidade

de Altamira. O resultado da reunião foi excelente, e a expectativa da Funai e de todos foi que o Plano de Monitoramento do Projeto IGATI seja uma primeira experiência piloto, de como os dados “de chão” que serão coletados pelo Projeto dialogarem podem dialogar e serem inseridos na plataforma de monitoramento da Funai. Um relato mais detalhado desta reunião encontra-se em anexo.

2.4 Projetos Prioritários

Foram encaminhados para análise do Fundo Amazônia, e posteriormente para FUNAI/CGETNO para anuência , e para o IBAMA, para obtenção formal de licença ambiental, caso necessário, de dois Projetos Prioritários dos PGTA's Xikrin – Projeto manejo Sustentável da castanha do Brasil - e Oiapoque – Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Atividades Produtivas na Região do Encruzo

- **2.4.1 Projeto Manejo Sustentável da Castanha-do-Brasil na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Trincheira Bacajá**

O projeto foi elaborado a partir de uma Consultoria financiada pela TNC que visava consolidar um diagnóstico participativo e fazer um planejamento em torno da estruturação da cadeia da castanha na TITB junto com os Xikrin. Nasceu assim o Projeto Manejo Sustentável da Castanha-do-Brasil do Povo Xikrin, que tem por objetivo principal apoiar a organização coletiva indígena Xikrin para fortalecimento da cadeia da Castanha-do-Brasil na Terra Indígena Trincheira Bacajá visando conservação de floresta, geração de renda e bem estar do povo Xikrin. Além disso, o Projeto também irá capacitar os Xikrin em boas práticas de manejo de castanhais e armazenamento de castanha, apoiar a gestão da formação de estoque e apoiar também a comercialização ética e justa da produção de Castanha-do-Brasil dos Xikrin.

- **2.4.2 Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Atividades Produtivas na Região do Encruzo nas Terras Indígenas do Oiapoque**

Este Projeto nasceu de um antigo anseio dos índios do Oiapoque em revitalizar um local que já serviu de Posto Indígena de Vigilância, localizado na região do Encruzo, na Terra Indígena Uaçá. A revitalização visa a, além da reocupação de um local estratégico para o controle de invasores pelos limites fluviais da Terra Indígena, a utilização do local como base de apoio para produção e comercialização de produtos agro-extrativistas, monitoramento e vigilância territorial e ambiental dos povos indígenas Galibi Marwono, Galibi Ka'lina, Palikur e Karipuna.

O objetivo principal do Projeto é: fortalecer as atividades produtivas na região do Encruzo (difusão de boas práticas de manejo de açaí, fruticultura e apoio na implantação de roça); apoiar fortalecimento das organizações indígenas locais, da formação de agentes ambientais indígenas em manejo agroextrativista e garantindo o monitoramento e vigilância desta área estratégica para as comunidades indígenas dos rios Uaçá, Urukawa e Curipi

- **2.4.3 Projeto Açaí do Oiapoque (contrapartida)**

No dia 18 de fevereiro de 2016 foi realizada no Centro Comunitário da Aldeia Manga reunião do Nucleo Técnico do PGTA do Oiapoque. Os temas discutidos foram: i) O projeto do Açaí , que recebe apoio da TNC, Embrapa, Funai e outros ; ii) discutir detalhes do Projeto de Revitalização do Encruzo como base de apoio a manejo e proteção territorial , escolhido pelas lideranças indígenas como o primeiro projeto prioritário do PGTA a receber apoio do IGATI; iii) discutir a comercialização pelas comunidades da próxima safra do Açaí produzido nas aldeias do Oiapoque, com a presença de representantes da Empresa Amazonly, convidados para conversarem com os

produtores indígenas sobre o processo de venda do Açaí num nível empresarial. Participaram da reunião O Relatório da reunião encontra-se em anexo.

- **2.4.4 Projeto Castanha Xikrin (ações de contrapartida)**

A TNC contratou a empresa Cairi – Desenvolvimento em Gestão Profissional para realizar um trabalho sobre o Fortalecimento da cadeia da Castanha, como uma ação de contrapartida ao Projeto IGATI. A Consultoria visa apoiar o processo de etnozoneamento e pactuação do PGTA da Terra Indígena Trincheira Bacajá através de processos de formação, tendo a cadeia de valor da castanha-do-pará como tema gerador. Para tanto, as ações estão direcionadas para: i) Complementar e consolidar o diagnóstico participativo e o planejamento em torno da estruturação da cadeia da castanha na TITB; ii) Viabilizar o fortalecimento institucional e adoção de “boas práticas de manejo” através de oficinas de capacitação; iii) Estabelecer as conexões necessárias com o arco de Políticas, Programas e Projetos complementares ao trabalho realizado iv) preparar a comercialização da castanha dos Xikrin para receber apoio do Projeto IGATI. Um Relatório desta fase da Consultoria encontra-se em anexo.

2.5 – Arranjos Interinstitucionais de Implementação dos PGTA

Para a implantação dos PGTA é necessário suporte para o funcionamento efetivo dos Núcleos Técnicos de PGTA que é o espaço de articulação das diferentes instituições envolvidas nos seus planos de gestão.

2.5.1 Gestão de Arranjo Interinstitucional de Implementação PGTA das Tis do Oiapoque

- **Reunião do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque/abril 16**

Entre os dias 2 e 4 de abril de 2016 foi realizada no Centro de Formação da aldeia Manga reunião do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque. Participaram entre lideranças indígenas, representantes da Funai, Batalhão de Fronteira do Exército, IBAMA e do ICMBIO. Na reunião foram tratados os seguintes temas: i) avaliação das expedições de vigilância pelos limites das Tis realizadas em 2015, onde as lideranças discutiram junto com os representantes da Funai quais os principais problemas encontrados nas expedições e foi iniciado um planejamento para as próximas expedições a serem realizadas no verão de 2016; ii) definição das datas do 1º Curso de Formação de Agentes Ambientais do Oiapoque; iii) discussão com representantes do Programa PREVIFOGO do IBAMA sobre o controle do fogo no período do verão; iv) organização de uma Comissão para trabalhar na organização da próxima Assembleia dos Povos Indígenas do Oiapoque; v) discussão em torno de novos projetos a serem desenvolvidos, como o de Turismo nas Terras Indígenas, atividade esta que tem sido realizada esporadicamente por algumas comunidades mas sem planejamento ou mesmo sem o conhecimento da Funai.

- **Reunião do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque Julho/16**

Entre os dias 27 e 29 de julho de 2016, foi realizada no Centro de Formação do Manga reunião do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque. A reunião foi convocada para tratar dos temas i) Projeto Manejo do Açaí na parcela do Projeto de Revitalização do Encruzo; ii) avaliação do Projeto de manejo e comercialização de produção sustentável ABC desenvolvido em parceria com a Funai, Embrapa, órgãos estaduais e municipais; ; iii) Discussão sobre o Projeto da Farinha nas comunidades do Oiapoque; iv) Curso de Formação de Agentes Ambientais Indígenas; v) Planejamento das expedições de vigilância; vi) Fortalecimento Institucional da AMIM (Associação das Mulheres

Indígenas em Mutirão), organização que está recebendo apoio do Projeto IGATI em seu Fortalecimento Institucional
vii) a sala do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque, que foi equipada com apoio do Projeto IGATI.

2.5.2 Gestão de Arranjo Interinstitucional de Implementação do PGTA da TI Xikrin do Bacajá.

- **Reunião Núcleo Técnico do PGTA da TI Tricneira Bacajá /Fev16: apresentação e validação do planejamento anual de atividades.**

Em reunião realizada na aldeia Krânh em fevereiro 16, os Xikrin escolheram os representantes de cada Frente de Proteção para colaborarem como facilitadores/organizadores que irão das expedições de vigilância programadas para 2016. Cerca de 40 Xikrin foram apontados para participarem das expedições. Na próxima Assembleia Xikrin serão planejadas as próximas expedições de vigilância, para que elas ocorram ainda em 2016 e no período da seca. Esta reunião serviu também para que o Núcleo Técnico do PGTA da TI Tricneira Bacajá fizesse uma apresentação e validação do Planejamento de atividades do PGTA para 2016. O relatório desta reunião encontra-se em anexo.

- **Reunião TNC/FUNAI/NESA/Unyleya/Abr16: elaboração de um plano de trabalho interinstitucional para o fortalecimento das ações realizadas pelas diversas instituições que atuam na TI Apyterewa e TI Tricneira Bacajá**

No dia 16 de abril, FUNAI, TNC, UNYLEYA, NESA e as lideranças indígenas dos PGTA Xikrin se reuniram para discutir a elaboração de ações articuladas do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena da UHE Belo Monte no âmbito dos PGTA Xikrin e Parkana. Participaram da reunião 25 pessoas, entre indígenas e técnicos. O efetivação da reunião foi algo inédito, já que agregou todas as instituições que, na prática, são as que estão apoiando ações de gestão territorial e ambiental nas duas Tis, assim compondo o arranjo institucional de implementação do PGTA Xikrin e Parkanã. Segue em anexo um dos produtos da reunião: a matriz do Arranjo Institucional, que está servindo de base para que as instituições do arranjo institucional do PGTA Xikrin possam se articular com as organizações Xikrin com o propósito de implementar uma ação integrada com foco no PGTA. Relato da reunião e a lista de presença encontram-se em anexo.

2.5.3 Gestão de Arranjo Interinstitucional de Implementação PGTA da TI Wajapi

- **Reunião de Avaliação do PGTA Wajãpi e de criação do Núcleo Técnico**

Entre os dias 13 a 15 de março aconteceu a primeira reunião do Núcleo Técnico do PGTA Wajãpi, realizada no Centro de Formação e Documentação Wajãpi e contou com a participação de 15 indígenas - representantes dos Agentes Socioambientais de todas as regiões e membros das diretorias das organizações Apina, AWATAC e APIWATA do Iepé da FUNAI e da TNC (Giovani). Uma preparatória para a reunião foi feita alguns dias antes (entre os dias 10 a 12 de março) onde se pensou indicadores de monitoramento do Plano de Gestão, baseado nos seguintes eixos: (i) ocupação da TIW; (ii) fiscalização e vigilância; (iii) caça, pesca, roças e materiais para a construção de casas; (iv) uso do dinheiro; (v) transmissão de conhecimentos e práticas Wajãpi; (vi) gestão do lixo. . Na reunião também foram definidos os membros que vão compor o Núcleo (a serem posteriormente aprovados na Assembleia do Apina), a saber: representantes dos Agentes Socioambientais de todas as regiões, um representante

dos professores, um representante dos AIS, uma representante das mulheres, representantes do Iepé, da TNC e da FUNAI. Foi também definido o papel do Núcleo Técnico que é discutir, monitorar, avaliar a implementação do Plano de Gestão, trabalhando junto com as comunidades. Um relato da reunião encontra-se em anexo. Um relato desta reunião encontra-se em anexo

2.5.4 Estruturação dos Núcleos Técnicos (NT) dos PGTA Wajãpi, Oiapoque e Altamira

O IGATI apoiou a estruturação física - computador, impressora, móveis e material de escritório de três locais para servirem como espaço de coordenação e articulação interinstitucionais dos PGTA. Os Núcleos Técnicos, como foram chamados, foram instalados i) na sede da Funai em Altamira, para dar apoio aos PGTA Xikrin e Parakanã; ii) No Centro de Formação e Documentação Wajãpi, localizado dentro da Terra Indígena Wajãpi e no Centro de Formação do Manga, localizado na TI Uaçá, para dar apoio ao PGTA do Oiapoque.

As funções principais destes núcleos técnicos são as de articular e coordenar os Arranjos Interinstitucionais locais de implementação dos PGTA. A estruturação física destes espaços irá ajudar a fazer com que os PGTA sejam melhor incorporados e internalizados tanto pelos indígenas como pelos parceiros como a Funai e outros que vierem a fazer parte dos arranjos interinstitucionais de implementação dos PGTA. Estes arranjos envolvem organizações indígenas formais e tradicionais de cada TI, órgãos federais, estaduais e municipais, parceiros que vierem a se juntar nesta implementação. Componente importante para dar efetividade à implementação de um PGTA, o arranjo institucional será específico para cada terra indígena de referência e será formulado durante a implementação do PGTA de cada terra indígena.

2.5.5 Monitoramento e Avaliação das iniciativas e projetos de PGTA desenvolvidos pela Cooperação Técnica TNC-Funai – Brasília, março/16

Entre os dias 1 e 2 de março de 2016 foi realizada em Brasília uma reunião de avaliação da Cooperação Técnica Funai-TNC no período 2013 a 2016, que serviu de avaliação e planejamento do das prioridades e atividades da Cooperação Funai e TNC junto aos PGTA das TIs apoiadas pelo Projeto IGATI. Estiveram presentes nos dois dias de reunião 20 pessoas, sendo 5 técnicos da TNC e 15 técnicos da Funai, funcionários das Coordenações Regionais de Altamira e Macapá. O objetivo da reunião foi fazer uma avaliação da parceria nos últimos quatro anos e traçar um Plano de Trabalho para o período de 2016-2020. Esta reunião foi precedida, como forma de preparação para a reunião com as Coordenações Gerais em Brasília, de reuniões de capacitação nas Coordenações Regionais da Funai de Altamira e Macapá, onde também foram feitas avaliações das atividades desenvolvidas no âmbito da parceria nos últimos quatro anos nas respectivas regiões, além de traçar de uma proposta de Plano de Trabalho para os próximos quatro anos, onde as ações de implementação do Projeto IGATI são o principal mote da cooperação. O Plano de Trabalho para os próximos quatro anos serviu também como base para a renovação da parceria TNC e Funai, cujo Termo foi assinado e publicado no Diário Oficial em maio/16 (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=105&data=23/05/2016>).

O Relatório da Oficina realizada em Brasília contendo o Plano de Trabalho para o período 2016-2019 encontra-se em anexo.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS

3.1 Formação de Agentes Governamentais

3.1.1 Capacitação dos Gestores Governamentais da Funai sobre as iniciativas e projetos de PGTA desenvolvidos pela Cooperação Técnica TNC-Funai – Brasília com apoio do Fundo Amazônia, março/16

Entre os dias 1 e 2 de março de 2016 foi realizada em Brasília uma reunião de avaliação da Cooperação Técnica Funai-TNC no período 2013 a 2016, que serviu de capacitação para técnicos novos das duas instituições sobre as estratégias e metodologias para gestão de Terras Indígenas. Estiveram presentes nos dois dias de reunião 20 pessoas, sendo 5 técnicos da TNC e 15 técnicos da Funai, funcionários das Coordenações Regionais de Altamira e Macapá. Esta reunião, como descrito acima, foi precedida de reuniões de capacitação nas Coordenações Regionais da Funai de Altamira e Macapá, onde foram feitas apresentações sobre os PGTAs, nivelamento sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da parceria nos últimos quatro anos nas respectivas regiões, além de traçar de uma proposta de Plano de Trabalho para os próximos quatro anos, onde as ações de implementação do Projeto IGATI são o principal mote da cooperação.

O Relatório da Oficina realizada em Brasília contendo o Plano de Trabalho da cooperação para o período 2016-2019 encontra-se no anexo da atividade 2.5.5

3.2 Fortalecimento dos Conselhos de Chefes

3.2.1 Participação e Controle Social do Povos Xikrin sobre o PGTA e projeto IGATI

- Assembleia do Povo Xikrin Junho 2015

No período de 29 de junho a 1º de julho de 2015 foi realizada na Terra Indígena Trancheira Bacajá uma Assembleia geral do Povo Xikrin. 46 pessoas compareceram à Assembleia. Os objetivos foram de retomar a discussão do Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA Xikrin) com o Povo Mebengokré-Xikrin da TITrancheira Bacajá, visando à definição da estratégia e cronograma das atividades para a elaboração do Plano, os ramos estratégicos definidos na Árvore de Objetivos, e discutir propostas de ação voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, tendo como ponto de partida o manejo da castanha do Brasil, quando inclusive foram validadas pela Assembleia. O relatório e a lista de presença encontram-se em anexo.

- _Assembleia Xikrin/Nov15: elaboração do PGTA Xikrin e dos acordos para o Projeto da Castanha (ver relatório de construção do PGTA Xikrin no Componente 1)

3.2.2 Participação e Controle Social do Povos Parakanã sobre o PGTA e projeto IGATI

- Assembleia Parakanã – 31 de julho de 2015: elaboração do PGTA Parakanã (ver relatório de construção do PGTA Parakanã no Componente 1)
- Assembleia do Povo Parakanã Janeiro 2016

A Assembleia Parakanã, realizada no início de 2016, teve o objetivo de validar todo o Plano de Gestão da Terra Indígena Apyterewa, elaborado durante o ano de 2015 (entre abril e novembro de 2015), bem como iniciar o

planejamento das ações a serem implementadas durante o ano de 2016-2017 pelo projeto IGATI TNC/Funai. 80 pessoas compareceram ao Encontro. Além de representantes das seis aldeias Parakanã, entre caciques, anciões, professores indígenas, agentes indígenas de saúde, agentes sanitários jovens lideranças, etnomapeadores, mulheres e crianças, estiveram presentes na Assembleia técnicos da TNC, Funai Altamira e Brasília, ICMBio Altamira, Tucum Arte Indígena Rio de Janeiro e os consultores da TNC que fizeram a facilitação da Assembleia. Relatório da Assembleia e a Lista de Presença encontram-se em anexo.

3.2.3 Participação e Controle Social do Povo Wajãpi sobre PGTA e projeto IGATI

- II Encontro dos Chefes Wajãpi – Agosto 2015;

O II Encontro de Chefes Wajãpi foi realizado entre os dias 14 a 18 de agosto de 2015 no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi. A pauta do encontro incluiu, entre outros assuntos, informes sobre as recentes reuniões com o Ministério Público Federal, para discutir os contratos dos profissionais de saúde do DSEI e a consulta aos Wajãpi sobre a redefinição do assentamento Perimetral Norte e sobre a reunião do conselho Distrital de Saúde Indígena; discussões sobre o trabalho dos chefes, dos diretores das três organizações wajãpi, dos professores, dos AIS, dos AISAN e dos futuros agentes socioambientais wajãpi; a organização da expedição coletiva à região do Mukuru, como atividade de vigilância do Território, e a gestão dos fundos de vigilância da Terra Indígena Wajãpi (TIW) e a questão dos Wajãpi que estão estudando fora da TIW. O relatório completo deste Encontro encontra-se em anexo bem como sua lista de presença.

- III Encontro de Chefes Wajãpi - Abril 2016

Entre os dias 9 e 11 de abril de 2016 foi realizado no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi, o III Encontro de Chefes Wajãpi (Assembleia do APINA). Nesse encontro foi apresentado e avaliado o trabalho da diretoria do APINA de 2015 até março de 2016 e também foi discutido o planejamento do trabalho da diretoria para o restante deste ano, com proposta de reestruturação/reorganização dos coordenadores do Apina e do plano de trabalho para o período. O principal objetivo do encontro foi discutir alguns problemas relacionados a gestão da TIW bem como, os problemas enfrentados no atendimento a saúde e educação escolar na tentativa de elaborar consensos entre os chefes Wajãpi para solucionar ou minimizar as pressões. Foram também elaborados documentos de reivindicações aos órgãos do governo com solicitações dos Wajãpi. Além, disso foram escolhidos representantes para conselhos consultivos e deliberativos de discussão de políticas públicas, entre eles, o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, e das Unidades de Conservação do entorno da TI.

Estiveram presentes 134 representantes das aldeias Wajãpi. O relatório deste encontro e a lista de presença encontram-se em anexo.

3.2.4 Participação e Controle Social dos Povos do Oiapoque sobre PGTA e projeto IGATI

- Reuniões do Conselho de Caciques do Oiapoque Julho-Novembro 2015

Entre os meses de julho e novembro de 2015 foram realizadas três reuniões do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), e tendo entre os pontos de pauta o planejamento de atividades do PGTA das Terras Indígenas do Oiapoque. As reuniões do CCPIO têm por objetivo discutir e encaminhar questões referentes a

temas diversos cuja deliberação está sob responsabilidade deste conselho, instância maior de representação política dos povos Galibi Marworno, Palikur, Karipuna e Galibi Kali'na, habitantes das terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. A primeira das três reuniões, realizada no início de julho teve por objetivos efetuar a eleição da nova coordenação do CCPIO e retomar a discussão acerca da formação dos Agentes Ambientais Indígenas que irá receber apoio do IGATI. A segunda, que aconteceu no mês de setembro teve uma pauta extensa, com um momento específico focado em encaminhamentos referentes ao Programa de Gestão Territorial e Ambiental e Projeto IGATI / Fundo Amazônia. A última reunião do ano, que aconteceu no mês de novembro deu continuidade aos encaminhamentos da reunião anterior e desdobrou - se em mais duas reuniões com a coordenação das organizações indígenas e do CCPIO, que por sua vez gerou uma agenda de avaliação e planejamento do PGTA para o mês de fevereiro de 2016.

- Assembleia de Caciques Oiapoque – Fevereiro 2016

Entre 25 e 27 de fevereiro o CCPIO realizou em parceria com as organizações indígenas AMIM, AIKA, AIPA e OINAK na aldeia Kumenê a XXIV Assembleia de Avaliação e Planejamento dos Povos Indígenas de Oiapoque. 195 pessoas compareceram ao encontro. Foram discutidos os temas: i) Meio Ambiente e Etnodesenvolvimento, com foco no monitoramento territorial (estratégias de fiscalização e vigilância, entrada não autorizada de não indígenas na TI, invasões para exploração de recursos naturais, assaltos, denúncias de garimpo, empreendimentos e licenciamento (PCH Salto Cafesoca, pavimentação da rodovia, compensações pela passagem da internet banda larga, ramal da aldeia Kumenê); ii) Cultura, com foco na retomada das obras de reparos do Museu Kuahí, que recebe apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá, e onde foi discutido também uma maior integração entre o Museu Kuahí e as escolas indígenas como forma de valorização da cultura; iii) Saúde, onde debateu-se a precariedade da assistência recebida pelos indígenas; iv) Educação, onde discutiu-se a proposta para a Formação de Agentes Ambientais que será apoiada pelo IGATI.

O Relatório da Assembleia e a Lista de Presença encontram-se em anexo.

3.3 Formação de Agentes Ambientais Indígenas

3.3.1 - Formação Agentes Socioambientais Wajapi

- 1º Módulo da Primeira Etapa do Curso de Formação

O primeiro módulo de formação de Agentes Socioambientais Wajãpi foi realizada no Centro de Formação e Documentação Wajãpi (Posto Aramirã, Terra Indígena Wajãpi) entre os 19 de julho a 01 de agosto de 2015, com as disciplinas Sistemas de Conhecimentos e Instrumentos de Monitoramento e Gestão Territorial. Participaram das atividades 35 Agentes Socioambientais Wajãpi. Na primeira disciplina do curso, foram discutidos temas relacionados aos saberes e práticas indígenas e formas de valorização dos conhecimentos tradicionais; os desafios da comparação (a partir de exemplos do cotidiano dos Wajãpi), bem como diferentes perspectivas a respeito da “natureza”, do “meio ambiente”. Na segunda disciplina, foi feita uma introdução a cartografia, a partir da leitura de coordenadas no papel. Ademais, foram feitas algumas atividades relacionadas ao manuseio do GPS e plotagem dos pontos coletados. O Relatório completo desta etapa encontra-se em anexo.

- - 2º Módulo da Primeira Etapa do Curso de Formação

O segundo módulo de formação de Agentes Socioambientais Wajãpi foi realizado no Centro de Formação e Documentação Wajãpi (Posto Aramirã, Terra Indígena Wajãpi) entre os dias 22 de novembro e 15 de dezembro de 2015. Foram ministradas quatro disciplinas: “Modelos de Desenvolvimento e Terras Indígenas”, “Produção e

Sustentabilidade, “Práticas de Manejo Sustentáveis” e “Práticas e Conhecimentos sobre Agricultura e Alimentação”. Participaram do Curso 31 Agentes Socioambientais Wajãpi. Nesta etapa foram distribuídos trabalhos práticos de campo de gestão territorial para os agentes realizarem em suas regiões, para serem apresentados e avaliados na próxima etapa da formação, prevista para ocorrer em agosto de 2016. Estes trabalhos serão avaliados pelos instrutores e, caso sejam aprovados, os agentes receberão a remuneração da Bolsa prevista pelo Projeto IGATI. O Relatório completo desta etapa encontra-se em anexo.

3.3.2 - Formação Agentes Ambientais Indígenas do Oiapoque

- 1ª Módulo do Curso de Formação

O primeiro módulo de formação de Agentes Socioambientais do Oiapoque ocorreu entre os dias 4 a 31 de julho de 2016, no Centro de Formação da aldeia Manga, na Terra Indígena Uaçá. O Curso contou com a participação de 36 participantes. Quatro disciplinas foram ministradas: “Conceitos e políticas socioambientais”; “Gestão Socioambiental das Terras Indígenas”; “Sistemas de conhecimentos” e “Produção e Sustentabilidade”. Nesta etapa foram também definidos os trabalhos de campo em em Gestão Territorial que os agentes irão desenvolver em suas regiões. O Relatório da etapa encontra-se em anexo. Esta primeira Etapa da Formação dos Agentes Sociambientais Indígenas que teve um impacto bem positivo no Oiapoque, já que a retomada desta formação era uma reivindicação antiga dos indígenas, que já tiveram no passado uma experiência bem positiva com formação de agentes.

3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas

3.4.1 Fortalecimento Institucional da Organização AWATAC dos Wajãpi

- Consultoria para Fortalecimento Institucional

Entre 16 de novembro e 15 de dezembro de 2015 a consultora contratada pelo Projeto, Angela Rangel realizou um trabalho de Fortalecimento Institucional na Organização AWATAC, do povo Waiãpi. A escolha da referida consultora deu-se por ela já ter feito trabalhos anteriores com a AWATAC e com seus diretores, e também com os Wajãpi em geral. Os objetivos principais do trabalho foram: realizar treinamento de da nova administradora da AWATAC; analisar a situação dos projetos e do Fundo da Awatac; orientar a AWATAC para a Capacitação e o Encontro de Mulheres Wajãpi; elaborar relatório financeiro com o objetivo de entender a situação financeira por projeto da Awatac e fundo, nos meses de agosto a novembro de 2015; realizar plano de trabalho da AWATAC do primeiro trimestre de 2016; apoiar a AWATAC na diligência da TNC a fim de preparar a organização para o contrato de repasse de recursos a ser feito após análise da Documentação. . Relatório detalhado desta consultoria encontra-se em anexo

- Assinatura do Acordo de Cooperação TNC – AWATAC

Em abril de 2016 foi assinado o Acordo de Cooperação entre a TNC e a Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura – AWATAC. O objetivo do Acordo foi o de repassar para a AWATAC recursos para custeio de despesas administrativas básicas para manter o seu funcionamento. A TNC fez, através de recursos próprios, um adiantamento inicial e vai reembolsar a AWATAC o valor referente aos custos administrativos através de comprovação trimestral dos devidos recibos das despesas. Este foi o primeiro Acordo firmado entre a TNC e organizações indígenas

representativas dos PGTA's apoiados pelo IGATI. A assinatura do Acordo foi precedida primeiro da contratação de uma consultora que realizou um trabalho de Fortalecimento Institucional na AWATAC (conforme descrito acima), revisando a documentação, organizando As prestações de contas dos últimos projetos implementados pela AWATAC, e trabalhando com sua diretoria. Posteriormente, os Departamentos Financeiros e Legal da TNC fizeram uma análise da Documentação e firmaram as condições do Acordo de Cooperação para repasse de recursos. Ao longo do Projeto a AWATAC irá receber ainda mais capacitações visando deixá-la apta a desenvolver e implementar projetos de seus interesse.

Cópia deste Acordo de Cooperação encontra-se em anexo.

3.4.2 Fortalecimento Institucional da Organização Amin dos Povos Indígenas do Oiapoque

- Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas e escolha da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM) como Organização representativa dos Povos Indígenas do Oiapoque para receber apoio do Projeto IGATI

Os Povos Indígenas escolheram a “- Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão” (AMIM) para ser a organização a receber o fortalecimento institucional para gestão de projetos do PGTA do Oiapoque. A escolha foi motivada por a Amim ser a única organização indígena atualmente formalizada em Oiapoque, e porque ela representa os quatro povos indígenas da região – Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na. A proposta pactuada aponta que, num primeiro momento, a AMIM será fortalecida e experimente um modelo de gestão eficiente, e que possa, posteriormente, servir de modelo para a formalização das outras organizações representativas de cada um dos quatro povos indígenas do Oiapoque.

O Projeto IGATI desenvolveu um Plano de Fortalecimento Institucional para as organizações Indígenas do Oiapoque. Este Plano de Fortalecimento Institucional das Organizações Indígenas do Oiapoque, que encontra-se em anexo, foi o instrumento que pactuou o apoio do IGATI ao Plano de Fortalecimento Institucional da AMIM, conforme detalhado na atividade a seguir.

- Fortalecimento Institucional da AMIM

Em março foi lançado o Edital para o Fortalecimento Institucional da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM,. Os objetivos principais do Termo de Referência (TDR) são: i) Fazer uma análise da documentação institucional e contábil da OI vendo se a mesma está de acordo com o exigido pelo Código Civil vigente e perante aos órgãos das receitas federal, estadual e municipal indicando, quando necessário, quais os passos necessários para eventual regularização juntamente com representantes da Associação no Município do Oiapoque; ii) Apoiar a Organização a levantar a documentação solicitada pela TNC para firmar contratos, no âmbito do Projeto IGATI, que recebe recursos do BNDES, como parte do processo de análise da Documentação institucional e contábil; iii) Realizar duas reuniões com a coordenação da Organização, sendo uma inicial de apresentação da consultoria e a outra de apresentação do relatório final.

A comissão de seleção da escolha da consultoria, formada por representantes da TNC e Iepé, optou pela contratação da GESCON por causa de sua experiência da técnica e por já ter desenvolvido trabalhos anteriores com organizações indígenas no Amapá. Também foi levado em consideração o fato da empresa ser do Estado do Amapá e assim ter maior facilidade e disponibilidade nos deslocamentos para o Oiapoque, e também por apresentar uma proposta mais consistente com o que foi solicitado no TDR. O TDR do Fortalecimento da AMIM encontra-se em

anexo.

3.4.3 Fortalecimento Institucional dos Parakanã

- Consultoria Fortalecimento Institucional Parakanã

Em julho foi lançado Edital para contratação de Consultoria para apoiar o povo Parakanã na discussão sobre a definição de uma organização para representa-los. A Consultoria tem por objetivos: i) Facilitar o diálogo interno entre os Parakanã para fortalecer o Conselho Parakanã, instância formada por caciques da etnia, identificando seus objetivos, composição, forma de funcionamento, fluxo de tomada de decisões, entre outros; iii) Acompanhar o processo de Desenvolvimento e formalização do Centro Parakanã – como formulação de Atas e seu devido registro em Cartório, formulação/revisão do Estatuto descrevendo a forma de funcionamento da instituição e adaptação do mesmo ao Código Civil vigente, facilitar a elaboração participativa de um Planejamento Estratégico da instituição entre outros, até a regularização legal da Instituição; iv) Planejar de forma participativa a continuidade do Fortalecimento Institucional do Conselho e Centro Parakanã.

O processo de escolha da melhor proposta e contratação da empresa/pessoa irá ocorrer no segundo semestre de 2016.

3.4.4 Fortalecimento Institucional dos Xikrin

- Projeto dos Xikrin com o Serviço Florestal Americano (USFS)

Em 2016 o IGATI apoiou, como uma contrapartida da TNC, a contratação de uma consultoria para que a IBKRIN, uma das associações representativas e formalizadas do povo Xikrin, pudesse fazer a gestão do mercado da castanha já na safra de 2016. Além da consultoria, a TNC intermediou a concretização de um Projeto entre a IBKRIN e o Serviço Florestal Americano (USFS), que doou USD 16,000 para que a IBKRIN tivesse capital de giro para fazer rodar a comercialização da castanha, a partir da safra de 2017. Este apoio, além de implicar diretamente no etnodesenvolvimento dos Xikrin, foi motivado também no Fortalecimento institucional da etnia, uma vez que eles tiveram e discutir e decidir sobre como fazer a gestão do recurso doado e também sobre a estruturação da IBKRIN.

COMPONENTE 4: COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS

4.1 Apoio a viagens de intercâmbio de representantes Indígenas envolvidos no Projeto

- **4.1.1 Intercâmbio do IGATI /Maio16: intercâmbio de experiências das Tis da Amazônia Oriental sobre elaboração e implementação de PGTAs e Ações/Projetos Prioritários de Manejo Sustentável de Recursos Naturais**

Entre os dias 8 e 10 de maio foi realizado em Brasília o Intercâmbio de Experiências das Terras Indígenas da Amazônia Oriental sobre elaboração e implementação de PGTAs e Ações/Projetos Prioritários de Manejo Sustentável de Recursos Naturais. O objetivo deste Encontro foi reunir em Brasília representantes das quatro regiões apoiadas pelo Projeto IGATI (Oiapoque, Wajãpi, Trancheira Bacajá e Apiterewa) a fim de promover uma troca de experiências sobre a construção dos PGTAs e sobre as iniciativas de projetos de manejo e comercialização de produtos extrativistas. O encontro foi também enriquecido de discussões sobre os desafios da implementação da

PNGATI e sobre a Proposta de Diretrizes de Boas Práticas Cooperativas entre Empresas e Povos Indígenas e Fortalecimento de Organizações Indígenas. Participaram do Encontro 32 pessoas, além de 18 representantes dos povos indígenas que o Projeto IGATI apoia a construção de seus PGATs, convidados indígenas e não indígenas. As mesas temáticas do Intercâmbio se concentraram em promover um diálogo das experiências sobre iniciativas de manejo e comercialização de produtos florestais extrativistas e na apresentação dos PGATs que estão sendo apoiados pelo Projeto IGATI. Para estas mesas foram também convidados representantes de outras experiências de comercialização exitosas de manejo e comercialização de produtos florestais extrativistas, como do Projeto Castanha do Noroeste do Mato Grosso e do Projeto Guaraná dos Sateré Mawé.

Este encontro foi agendado para também coincidir com a realização do Abril Indígena e da reunião da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), cujos temas este ano trataram de Mudança Climática e da Conservação da Biodiversidade e proteção de conhecimento tradicional associado a biodiversidade em projetos comerciais de acesso a recursos da biodiversidade em Terras Indígenas. Desta forma, os representantes do IGATI tiveram a oportunidade de, além de trocar experiências sobre PGATs, participarem de uma agenda maior do movimento indígena nacional em Brasília.

Em anexo encontra-se o Termo de Referência do Encontro, a Programação as apresentações feitas na mesa temática sobre Elaboração e Implementação de PGATs e a Lista de Presença.

- **4.1.2 Intercâmbio da III Semana do Extrativismo/Maio16: intercâmbio de experiências sobre manejo e produção de produtos florestais não madeireiros**

O Projeto IGATI apoiou a ida de 4 representantes Xikrin e 4 Parakanã e 1 técnico da TNC para participarem da III Semana do Extrativismo, que foi realizada entre os dias 11 a 15 de maio de 2016 na Reserva Extrativista do Iriri. O Encontro foi organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC), o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e organizações parceiras que reuniu indígenas, agricultores familiares, extrativistas e diversos atores das cadeias de valor dos produtos da floresta. O objetivo foi possibilitar a troca de saberes e articulação visando fortalecer as cadeias dos produtos extrativistas e contribuir com a gestão ambiental e territorial na região do Médio Xingu. O evento reuniu cerca de 150 participantes vindos das Terras Indígenas Arara, Xipaya, Kuruaya, Xikrin e Parakanã; ribeirinhos das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu; agricultores familiares do município de Uruará; representantes do Governo (FUNAI e ICMBio); de Organizações não Governamentais - TNC, ISA, IMAFLORA - Associação Floresta Protegida (AFP); Universidade de São Paulo (USP) e empresas (Atina, Mercur, Wickbold, Pau Brasil e Tucum). Um relato do evento e a Lista de participantes encontra-se em anexo.



**Grau Percentual de
Execução Física**

A planilha “Grau Percentual de Execução Física” está representada na figura abaixo.

Grau Percentual de Execução Física

Preencher a tabela conforme a seguinte legenda:

Indicar, na coluna “% Execução Física Realizada”, o percentual de execução física já realizado até o momento, utilizando critérios ou metodologia de cálculo adequados ao projeto

| PRODUTO/SERVIÇO ↓ | % Execução Física Realizada |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| | 100% |
| Produto 1.1.1 - Elaboração dos PGTAs das Tis Trinchera Bacajá, Apyrerewa e Wajãpi e atualização dos PGTAs das Tis Galibi, Juminã e Uaçá | |
| Produto 1.1.2 - Elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para seus financiamentos | 20% |
| Produto 1.2.1 - Formação continuada de 60 técnicos da Funai, MMA e órgãos estaduais e municipais | 10% |
| Produto 1.2.2 - Formação de Gestores ambientais indígenas e fortalecimento das estruturas locais de controle social | 40% |
| Produto 1.2.3 - Fortalecimento institucional das organizações indígenas para condução de Gestão administrativa-financeira de PGTAs | 20% |
| 1.3.1 - Estruturação e capacitação de equipes comunitárias e apoio à realização de expedições de vigilância | 40% |
| 1.3.2 - Estruturação de monitoramento ambiental participativo e informatizado das Tis por meio de redes locais articuladas com gestores de fiscalização da Funai | 30% |
| 1.3.3 - Promoção de acordos formais de vizinhança para ordenamento e gestão integrada do Território no entorno das Tis | 25% |
| 2.1.1 - Implementação de Projetos comunitários locais e de manejo e uso sustentável de recursos naturais | 15% |
| TOTAL DO PROJETO | |

B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

Informar aqui atualizações relevantes referentes à instituição beneficiária e outras instituições participantes do projeto, como, por exemplo: novos projetos, novas parcerias, novas fontes de recursos, alterações no estatuto social, mudanças na diretoria, alterações nas informações de contato, etc.

Em termos institucionais durante o período abrangido por este relatório consolidou-se a nova estrutura da TNC no Brasil com a criação do Programa Brasil. Nesta estrutura a “Estratégia Indígena”, do antigo Programa Amazônia passou a ser um Estratégia e Programa transversal que atuam dentro das 3 estratégias centrais do Programa Brasil: segurança Hídrica, Agropecuária Sustentável e Infraestrutura Intelectual. As prioridades do Estratégia Indígena da TNC são apoiar a i) implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI) e a ii) Iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas.

Informamos que neste período também foi realizado e concluído o processo de construção de uma Estratégia Indígena da TNC Global e iniciado o processo de construção de uma Estratégia Latinoamericana da TNC. A experiência, e o know-how da Estratégia Indígena do Programa Brasil da TNC, incluindo as recentes lições aprendidas no âmbito do Projeto IGATI/Bndes foram bastante usadas nestes processos global e latinoamericano o que consideramos um alavancagem em escala de nossos projetos.

C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

O Cronograma de Execução Física atualizado da operação deve ser preenchido na planilha “Cronograma de Execução Física”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo. O beneficiário deverá marcar em “Previsto” o último cronograma acordado com o BNDES e, em “Realizado”, o efetivamente executado.



Cronograma de Execução Física

A planilha “Cronograma de Execução Física” está representada na figura abaixo.

| PRODUTO/SERVIÇO ↓ | Previsto/ Realizado | DURAÇÃO EM TRIMESTRES | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | T01 | T02 | T03 | T04 | T05 | T06 | T07 | T08 | T09 | T10 | T11 | T12 | T13 | T14 | T15 | T16 |
| Componente 1: Elaboração/atualização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e de planos de sustentabilidade financeira para as seis Terras Indígenas (TIs) do Projeto | Previsto | * | * | * | * | * | * | * | * | | | | | | | | |
| | Realizado | * | * | * | * | * | * | * | * | | | | | | | | |
| Componente 2: Implementação de PGTAs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial nas seis TIs do Projeto | Previsto | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| | Realizado | * | * | * | * | * | * | * | * | | | | | | | | |
| Componente 3: Fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e de instituições públicas relacionadas | Previsto | | | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| | Realizado | | | * | * | * | * | * | * | | | | | | | | |
| Componente 4: Comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e a implementação de PGTAs | Previsto | | | | * | * | | * | | * | * | | | * | * | * | * |
| | Realizado | | | | * | * | | * | | | | | | | | | |
| Componente 5: Gestão do Projeto | Previsto | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| | Realizado | * | * | * | * | * | * | * | * | | | | | | | | |

Em caso de mudanças no Cronograma de Execução Física “realizado” em relação ao “Previsto”, informar aqui as ocorrências que suscitarão tais mudanças, como eventuais adiantamentos ou atrasos na execução de obras, problemas em processos licitatórios, etc.

Apesar do cronograma do IGATI estar, no geral, sendo cumprido dentro do planejamento inicial, algumas atividades encontram-se em atraso dentro de alguns dos PGTAs, conforme explicação descrita abaixo:

- Postergação do início previsto na Formação de Agentes Ambientais Indígenas : No Oiapoque começamos somente em julho de 2016 devido a aspectos da política inter-étnica dos 4 Povos Indígenas do Oiapoque: demora na eleição dos novos membros da Diretoria do Conselho dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) teve um efeito cascata no adiamento da escolha dos agentes que participariam da Formação. Tão logo a nova Diretoria foi escolhida os representantes foram enfim escolhidos e o 1º Curso já foi realizado em agosto de 2016. No caso dos Xikrim e dos Parakanã, o atraso deu-se em virtude do processo de construção dos PGTAs destas TIs ainda estar em construção durante o período do relatório. As

primeiras etapas das duas formações Xikrin e Parakana está prevista para ocorrer ainda no 2º semestre de 2016.

- Atraso do pagamento do apoio para os Agentes Ambientais: o atraso nos processos de formação de Agentes Ambientais acarretou também atraso no pagamento do apoio para os Agentes Ambientais que estiverem realizando atividades relacionadas aos seus PGTAs. É importante ressaltar que o acordo que a TNC fez com os indígenas foi de que as atividades a serem desenvolvidas pelos agentes seria definida nos Cursos de Formação, e avaliadas e aprovadas para pagamento nas etapas seguintes. Desta forma conseguimos estabelecer critérios concretos para efetivar o pagamento. Com os cursos de formação entrando em fluxo estes pagamentos começaram a fluir. Existe um valor não gasto acumulado cuja destinação dentro da rubrica IGATI será discutida no âmbito dos Nucleos Tecnicos dos PGTAS.
- Atraso no Fortalecimento Institucional dos dos Xikrin, Parakanã e Oiapoque: o atraso no Oiapoque deveu-se pelo mesmo motivo politico interno descrito acima, quando o processo prolongado de escolha da nova Diretoria do CCPIO reduziu muito o ritmo de implementação das atividades do PGTA local. Para os índios era quase que condição eles estarem estruturados primeiro, através da regularização estatutária e eleição do seu Conselho soberano de caciques. Mas no caso do Oiapoque, tão logo a situação do CCPIO foi regularizada, imediatamente eles escolheram a AMIM (Organização das Mulheres Indígenas em Mutirão) para ser a organização a ser fortalecida pelo IGATI e para servir de modelo para as demais organizações indígenas existentes na região. Já nos casos dos FI das organizações dos Xikrin e Parakanã, o atraso deveu-se à conclusão do processo de construção dos PGTAs, cujas oficinas levaram à discussão também dos modelos possíveis de uma organização representativa formalmente criada e atuante. Os Xikrin estão mais adiantados neste processo, e neste segundo semestre o Projeto já está contratando consultoria para iniciar o processo de fortalecimento da organização IBKRIN, que apesar de já estar criada formalmente, não tem nenhuma estrutura. Já no caso dos Parakanã, por estarem ainda em um outro estágio de organização, o Projeto está contrando agora uma consultoria para ainda realizar oficinas de discussão nas aldeias do modelo de organização que eles pretendem ter. Existe um valor não gasto acumulado cuja destinação dentro da rubrica IGATI será discutida no âmbito dos Nucleos Tecnicos dos PGTAS.
- Atrasos no conjunto das ações do Terra Indígena Parakanã: Nesta Terra Indígena esta acontecendo proceso de desintrusão de parte do território ocupado ilegalmente por não indígenas . Esta desintrusão vem ocorrendo nos ultimos 3 anos com picos de maior ação estatal .Desde o incio deste ano está acontecendo operações de retirada dos ocupantes ilegais coordenadas por equipes da Força de Segurança Nacional, Funai e Policia Federal. Isto tem suscitado mobilizações de alguns ocupantes as quais tem aumentando recentemente com as mudanças na politica federal e com as campanha de eleição municipal que ocorreu no periodo. Algumas lidernaças Parakana tem sido alvo de tentativas de cooptação por parte dos grupos externos contrarios a desintrusão e o que tem provocado conflitos internos entre os Parakana e isso tem feito com que algumas ações do pgta estejam atrasando. A TNC e Funai estão buscando estrategias conjuntas para fortalecer a unidade e coesão dos lideres indígenas. Esperamos que até o final de 2016 a situação esteja parcialmente resolvida para que ações do voltem ao ritmo normal mas pode ser possivel rever cronograma e viabilidade 100% de algumas das atividades previstas no IGATI.

Informamos também que, em dialogo com o secretaria tecnica do Fundo Amazonia, antecipamos a realização do intercâmbio de experiencias entre os PGTAS apoiados pelo IGATI (que estava originalmente previsto para ocorrer no #3 desembolso). O mesmo ocorreu então entre os dias 8 e 10 de maio em Brasília . Veja

mais informações no item 4.1.1 deste relatório.

D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO

Deve ser enviada como anexo a este relatório, a planilha do Plano de Monitoramento do projeto, acordada entre o beneficiário e o BNDES, preenchida em sua coluna “Dados Coletados”.

Os dados coletados pelo beneficiário deverão ter como data-base a do término do período de acompanhamento coberto pelo Relatório de Desempenho ou data anterior próxima a esta.

- Anexo ao relatório.

I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Informar a seguir o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo beneficiário na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação.

Link(s):

<http://www.tnc.org.br/por-que-a-tnc/trabalhamos-em-parceria/nossos-apoiadores/nossos-apoiadores-bndes-indigena.xml>

J) FOTOS DO PROJETO

Devem ser enviadas fotos digitais das atividades realizadas no âmbito do projeto. Adicionalmente, para cada foto digital, devem ser enviadas também as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Várias fotos encontram-se nos próprios relatórios das atividades; outras estão sendo disponibilizados no OpenUpload do BNDES.

K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO

Devem ser enviados depoimentos sobre os resultados e impactos do projeto, bem como sobre outros aspectos do projeto considerados relevantes, prestados por beneficiários, parceiros ou por membros da equipe responsável pelo projeto. Esses depoimentos (ou trechos) poderão vir a ser utilizados na divulgação do projeto e seus resultados.

O depoimento deve ser enviado com assinatura do seu autor e se possível acompanhado de sua fotografia em alta resolução. Adicionalmente, para cada depoimento e fotografia, devem ser enviados também autorização de uso de imagem e depoimento e termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Estamos disponibilizando alguns depoimentos no OpenUpload do BNDES

L) ASPECTOS AMBIENTAIS

Preencher a planilha “Aspectos Ambientais”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo, com os dados referentes às exigências contratuais de comprovação da regularidade ambiental das intervenções previstas no projeto.

Deverão, portanto, constar na planilha a descrição das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, bem como as informações referentes às respectivas manifestações do órgão ambiental competente autorizando a execução da atividade. No caso de emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental pelo órgão competente para algumas ou todas as atividades do projeto, deverão constar na planilha a descrição das atividades correlacionadas ao documento que declarou inexigível o seu licenciamento.

A seca prolongada que atingiu o Rio Xingu, especialmente na região de Altamira, causou alterações significativas ao ponto de algumas aldeias Xikirn que antes era acessíveis por barco na época da cheia do Rio, este ano só puderam ser alcançados por carro. Isto encareceu os custos de acesso a estas aldeias visto que foi necessário aumentar a contratação de fretes em um número não previsto anteriormente

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Brasília, 13 de outubro de 2016



Helcio Marcelo de Souza
Coordenador da Estratégia Indígena da TNC

